



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DE MINAS

PRAÇA CORONEL JOAQUIM RESENDE 69 - CEP 35490-000 - FAX (031) 751-1010
ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 1.171, de 21 de Junho de 1.996

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 1997 e dá outras providências.

O povo do Município de Entre Rios de Minas, Estado de Minas Gerais, por seus representantes na Câmara aprovou e eu, Prefeito Municipal, em seu nome sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam estabelecidas, nos termos desta Lei, as diretrizes gerais para a elaboração do Orçamento do Município de Entre Rios de Minas, relativas ao exercício de 1997.

Art. 2º. - Na Lei Orçamentária, as receitas e as despesas serão orçadas segundo os preços vigentes em julho de 1996.

Parágrafo Único - A Lei Orçamentária observará as seguintes diretrizes:

I - atualizará os valores bases do projeto de lei segundo a variação de preços prevista para o exercício, compreendido entre os meses de julho a dezembro de 1996.

II - Estimará os valores da receita e fixará os valores da despesa de acordo com a variação de preços prevista para o exercício de 1997.

Art. 3º. - Na estimativa das receitas próprias, serão considerados:

I - as alterações da legislação tributária e os efeitos decorrentes das modificações para o exercício;

II - os fatores que influenciam a arrecadação dos impostos e taxas.

III - os fatores conjunturais que possam vir a influenciar a produtividade de cada fonte.

Parágrafo Único: - a estimativa da receita de transferências terá como base informações de órgãos externos;

Art. 4º. - Na definição de gastos municipais, serão considerados aqueles destinados à aquisição de bens e serviços para cumprimento dos objetivos do município e solução de seus compromissos de natureza social e financeira, levando em conta:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DE MINAS

PRAÇA CORONEL JOAQUIM RESENDE 69 - CEP 35490-000 - FAX (031) 751-1010
ESTADO DE MINAS GERAIS

I - a carga de trabalho estimada para o exercício de 1997;

II - os fatores conjunturais que possam afetar a produtividade dos gastos;

III - a receita de serviço quando este for remunerado;

IV - a projeção de gastos com o pessoal do serviço público municipal, com base no Plano de Cargos e Carreiras da administração direta de ambos os poderes, da administração indireta e dos agentes políticos;

V - a importância das obras para a população;

VI - o patrimônio do município, suas dívidas e encargos.

Art. 5º. - As receitas municipais serão programadas prioritariamente para atender:

I - ao pagamento da dívida municipal e seus serviços;

II - ao pagamento de sentenças judiciais em cumprimento ao que dispõe o art. 100 e parágrafos da Constituição Federal;

III - ao pagamento de pessoal e encargos sociais;

IV - à manutenção e desenvolvimento do ensino;

V - à manutenção dos programas de saúde;

VI - ao fomento à agropecuária;

VII - aos recursos para a manutenção da atividade administrativa operacional;

VIII - à contrapartida de programas pactuados em convênio.

Parágrafo Único - Os recursos constantes dos incisos I, II, III e VII terão prioridade sobre qualquer outro.

Art. 6º. - Na programação de investimentos da Administração Pública Municipal, direta e indireta, serão observados os seguintes princípios:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DE MINAS

PRAÇA CORONEL JOAQUIM RESENDE 69 - CEP 35490-000 - FAX (031) 751-1010
ESTADO DE MINAS GERAIS

I - Os investimentos em fase de execução terão preferência sobre os novos projetos.

II - Não poderão ser programados novos projetos à conta de anulação de dotações destinadas aos investimentos que tenham sua viabilidade técnica, econômica e financeira comprovadas, ressalvados aqueles de caráter emergencial e, ou aqueles cujo alcance se mostre mais abrangente.

Art. 7º. - Não poderão ser fixadas despesas sem que sejam definidas as fontes de recursos.

Art. 8º. - Constituem as receitas do município aquelas provenientes:

I - dos tributos e taxas de sua competência;

II - de atividades econômicas, que por conveniência, possam vir a ser executadas pelo município;

III - de transferências, por força de mandato constitucional ou de convênios firmados com entidades governamentais e privadas;

IV - de empréstimos e financiamentos com prazo superior ao exercício e vinculados a obras e serviços públicos;

V - de empréstimos tomados para pagamento no exercício;

VI - receitas de qualquer natureza, geradas ou arrecadadas no âmbito dos órgãos, entidades ou fundos de administração municipal.

Art. 9º. - Na fixação das despesas para o exercício de 1997, será assegurado o seguinte:

I - aplicação do mínimo de 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Art. 10 - As despesas com pessoal ativo e inativo terão como limite máximo 60% (sessenta por cento) da receita corrente.

Art. 11 - A Câmara Municipal enviará ao Poder Executivo o valor da previsão do montante de suas despesas para o exercício de 1997, assim discriminadas:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DE MINAS

PRAÇA CORONEL JOAQUIM RESENDE 69 - CEP 35490-000 - FAX (031) 751-1010
ESTADO DE MINAS GERAIS

- I - Despesas Correntes;
- II - Despesas de Capital.

Parágrafo Único - A despesa com a remuneração dos Vereadores não ultrapassarão de 5% (cinco por cento) da receita do município.

Art. 12 - As despesas do Poder Legislativo, constarão no orçamento do Município apenas como:

- I - Transferências Para Despesas Correntes;
- II - Transferências Para Despesas de Capital.

Parágrafo Único - O detalhamento das despesas do Poder Legislativo, respeitando o total de cada categoria de programação e os respectivos valores fixados em cada nível de classificação, será autorizado, no seu âmbito mediante Resolução de iniciativa da Mesa da Câmara e será enviado ao Poder Executivo apenas para processamento.

Art. 13 - Na lei orçamentária anual para 1997, a discriminação da receita e da despesa far-se-á consoante as exigências da Lei Federal 4.320/64 e normas complementares.

Art. 14 - As prioridades, metas e quantitativos a serem cumpridas em 1997, são as contidas no Plano Plurianual, acrescidos daqueles previstos e não cumpridos no orçamento do Município para 1996.

Par. Único - No exercício de 1997, as metas e quantitativos previstos para 1996 terão prioridade sobre os demais.

Art. 15 - O orçamento anual poderá consignar recursos para financiar serviços incluídos nas suas funções, a serem executados por entidades de direito privado, sem fins lucrativos e reconhecidas de utilidade pública, mediante convênio e tenha demonstrado eficiência no cumprimento dos objetivos determinados.

Art. 16 - O Poder Executivo fica obrigado a arrecadar todos os tributos de sua competência, em especial o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISQN).

Art. 17 - O Poder executivo fica obrigado a diminuir o volume da dívida ativa inscrita, de natureza tributária e não tributária.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DE MINAS

PRAÇA CORONEL JOAQUIM RESENDE 69 - CEP 35490-000 - FAX (031) 751-1010
ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 18 - Os Fundos Especiais, bem como a administração indireta, terão seus orçamentos em separado, os quais serão incluídos no projeto de lei orçamentária do município.

Art. 19 - É vedado a inclusão de matéria estranha à proposta orçamentária a ser apresentada.

Art. 20 - As operações de crédito internas e/ou externas, não poderão ultrapassar o montante das despesas de capital.

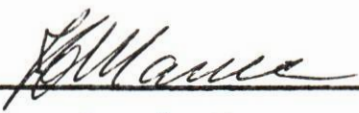
Art. 21 - Fica autorizado a abertura de créditos suplementares ao orçamento de 1997, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do total da despesa prevista, utilizando para isso o excesso de arrecadação efetivamente realizado no exercício.

Art. 22 - Fica também autorizado a anulação total e/ou parcial de dotações previstas no orçamento de 1997, como recursos para abertura de créditos suplementares.

Art. 23 - Fica autorizado a realização de operações de crédito por antecipação de receita até o limite de 15% (quinze por cento) do total da receita estimada para o exercício de 1998.

Art. 24 - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Entre Rios de Minas, 21 de Junho de 1.996.


Hugo Bernardes de Moura

-Prefeito Municipal-